



CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Avenida Washington Luiz, 544 - Centro - CEP 19010-090 - Caixa Postal 294

(18) 2104-4300 cmpp@camaraprudente.sp.gov.br

<https://www.camaraprudente.sp.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 00886/18

Torna obrigatória a divulgação de alerta sobre racismo a injúria racial em eventos esportivos.

Autoria: TIAGO OLIVEIRA, DOUGLAS KATO, IVAN ITAMAR, PROFESSORA JOANA D'ARC, JOÃOZINHO DA SAÚDE, NATHÁLIA GONZAGA, WELLINGTON BOZO e WILLIAM LEITE.

Art. 1º Todos os eventos esportivos oficiais ficam obrigados a divulgar alerta sobre a tipificação penal de racismo a injúria racial.

Parágrafo único. Considera-se evento esportivo oficial para fins desta lei todo aquele organizado pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto, conforme definidas no art. 13 da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 2º O alerta deverá ser divulgado em telão ou sistema de alto-falantes, ficando a organização do evento liberada desta obrigação caso não possua qualquer dessas duas tecnologias, mas obrigada em afixar placa, conforme o art. 3º da presente lei.

Parágrafo único. A divulgação do alerta de que trata a presente lei deverá ser feita na abertura e, quando existente, no intervalo de todos os eventos esportivos.

Art. 3º O alerta referido no art. 1º deverá ser exibido em telão ou sistema de alto-falantes com os seguintes dizeres: "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional É CRIME, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas".

Artigo 4º Na hipótese de não cumprimento desta lei, fica a organização do evento esportivo sujeito à:

I – multa em valor equivalente a 200 (duzentos) Unidades Fiscais do Município;

II – multa em dobro do valor estipulado, em caso de reincidência.

Artigo 5º A fiscalização do disposto na presente lei será feita mediante regulamentação pelo Poder Executivo.

Artigo 6º Os valores arrecadados com as multas serão revertidos para projetos da rede socioassistencial do município.



CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Avenida Washington Luiz, 544 - Centro - CEP 19010-090 - Caixa Postal 294

(18) 2104-4300 cmpp@camarapresidente.sp.gov.br

<https://www.camarapresidente.sp.gov.br>

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Dr. Francisco Lopes Gonçalves Correia”, em 31 de maio de 2023.

TIAGO OLIVEIRA
Vereador-autor

IVAN ITAMAR DA SILVA
Vereador-autor

JOANA D’ARC PATRÍCIO DA NASCIMENTO
Vereadora-autora

NATHALIA BARBOSA GONZAGA DA SANTA CRUZ
Vereadora-autora

DOUGLAS KATO PAULUZI JOÃO BARBOSA FERREIRA
Vereador-autor Vereador-autor

WELLINGTON DE SOUZA NEVES WILLIAM CÉSAR LEITE
Vereador-autor Vereador-autor

TO/IABR.



CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Avenida Washington Luiz, 544 - Centro - CEP 19010-090 - Caixa Postal 294

(18) 2104-4300 cmpp@camaraprudente.sp.gov.br

<https://www.camaraprudente.sp.gov.br>

JUSTIFICATIVA

Os recorrentes episódios ofensivos praticados contra atletas das mais variadas modalidades esportivas levantou um alerta em todo o mundo contra manifestações de tal ordem. As ofensas e demonstrações de racismo tiveram um significativo crescimento nos últimos anos e, segundo dados do Observatório da Discriminação Racial do Futebol, no Brasil este aumento foi de 40%.

Em 2021, foram registradas 64 ocorrências de racismo; em 2022, 90 casos. Na moderna vida social brasileira a falta de respeito com a diversidade de raças, nos últimos tempos, trouxe à tona a manifestação do racismo em sua forma mais cruel. Não só no futebol, mas em outras modalidades esportivas, os casos de injúria racial cresceram a ponto de atingir o maior índice em cinco anos. Os atos vão desde ofensas verbais, atitudes depreciativas aos jogadores e até ações mais graves como a depredação de bens pessoais. As atitudes racistas não ficam restritas às torcidas nas arquibancadas, acontecem também dentro de quadra ou campo, entre atletas, jogadores e companheiros de equipe. O presente projeto de lei pretende tornar obrigatória a divulgação de alerta sobre injúria racial no início de eventos esportivos, de todas as modalidades, com o objetivo de conscientizar e garantir a dignidade da pessoa humana, sem preconceitos de raça ou cor, como prescrevem os artigos 1º, III, e 3º, IV, da Constituição Federal.

De acordo com a Lei n. 7.716, de 05 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), com as alterações trazidas pela Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023, em seu art. 1º, é crime “injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa, sendo que, a pena poderá ser aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.”



CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Avenida Washington Luiz, 544 - Centro - CEP 19010-090 - Caixa Postal 294

(18) 2104-4300 cmpp@camaraprudente.sp.gov.br

<https://www.camaraprudente.sp.gov.br>

Assim, é imprescindível a atuação do Poder Legislativo na criação de ações e mecanismos para coibir e combater todas as manifestações de preconceito e discriminação baseadas em ódio ou superioridade racial. Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para que o projeto de lei em epígrafe seja analisado e aprovado por esta Casa Legislativa.

Plenário “Dr. Francisco Lopes Gonçalves Correia”, em 31 de maio de 2023.

TIAGO OLIVEIRA
Vereador-autor

IVAN ITAMAR DA SILVA
Vereador-autor

JOANA D’ARC PATRÍCIO DA NASCIMENTO
Vereadora-autora

NATHALIA BARBOSA GONZAGA DA SANTA CRUZ
Vereadora-autora

DOUGLAS KATO PAULUZI JOÃO BARBOSA FERREIRA
Vereador-autor Vereador-autor

WELLINGTON DE SOUZA NEVES WILLIAM CÉSAR LEITE
Vereador-autor Vereador-autor